

27º Consinasefe aprova encaminhamentos para o próximo ano

Propor e participar ativamente da construção de um Encontro Nacional dos Trabalhadores/as em Educação do Brasil para discutir a concepção de educação. Entre outros temas de relevância para a nossa categoria, este foi um dos principais encaminhamentos aclamados pelos participantes do 27º CONSINASEFE, realizado de 6 a 9 de dezembro, no Colégio Pedro II, na cidade do Rio de Janeiro.



Entre delegados/as, observadores/as e convidados, participaram mais de 350 pessoas por quatro dias no auditório do Campus Tijuca II do Colégio Pedro II.

O Congresso do Rio de Janeiro sob a Coordenação da DN do SINASEFE e do SINDSCOPE, teve espaço para um debate político de peso, além da promoção de uma boa convivência entre os seus participantes. A avaliação geral foi que o Congresso atendeu às expectativas.

Foram discutidas várias teses estatutárias e teses políticas vinculadas ao tema central do Congresso “Unir os Trabalhadores/as em defesa da Educação Pública”. Além do debate das teses, tivemos a presença de entidades e palestrantes de peso no Congresso do SINASEFE: CSP-Conlutas, Fasubra, Andes, SEPE-Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro, ANEL, ASFOC (Sindicato dos Servidores da Fiocruz), CONDSEF, FENET, Grêmios Estudantis do Colégio Pedro II e FIRST.

O momento mais denso foi na palestra de abertura com o companheiro Roberto Lehr, com os debatedores do ANDES, FASUBRA e CSP-CONLUTAS, permitindo aos participantes do Congresso a necessidade da construção de um debate mais amplo sobre concepção de educação e a unificação das entidades da educação federal. Independentemente de não ter sido conclusivo, debate serviu para apontar a necessidade de uma discussão mais aprofundada sobre estes temas.

Quanto às teses relacionadas ao tema central “Unir os trabalhadores em defesa da educação pública”, o principal encaminhamento aprovado foi a construção de uma pauta única da educação federal, objetivando uma jornada de lutas e enfrentamento com o governo para 2013, resultando na construção de um Fórum Nacional dos Trabalhadores em Educação Federal, em conjunto com Andes e Fasubra. Além da necessidade da ampla campanha de conscientização junto aos servidores civis das instituições militares de ensino sobre o papel do sindicato e o livre direito de fazer a greve.

Sobre as teses estatutárias, dentre outros encaminhamentos, destaque ficou para o fim de qualquer cláusula de barreira para que as chapas participantes de futuras eleições para a DN possam ocupar cargos na composição proporcional, desde que atinjam os percentuais mínimos (acima de 0,5%) para a aproximação das três casas decimais previstas no estatuto. Ainda, como um dos avanços estabelecidos pelo Congresso, o Sinasefe passará a ter um centro de documentação, com a contratação de profissional com formação específica para promover a construção da história do Sindicato Nacional.

Veja neste link todos os encaminhamentos aprovados no CONSINASEFE do Rio de Janeiro. [Leia aqui todos os encaminhamentos do 27º Consinasefe.](#)

Fórum das Entidades prepara Marcha à Brasília de 2013

Em reunião no início de dezembro, o Fórum das Entidades dos Servidores Federais esteve em Brasília para definir plataforma de lutas e mobilização da manifestação nacional, a Marcha a Brasília, que irá ocorrer em 17 de abril de 2013. Além do Sinasefe participam desse Fórum a CONDSEF, a CNTA, ASFOC/SN, “A CUT pode mais”, o ANDES/SN, CPERS/Sindicato, entre outros.

Plataforma unitária de lutas

Após o Ato Político realizado no dia 28 de novembro que envolveu mais de 800 trabalhadores de variadas categorias, o Fórum definiu basear-se na plataforma da “Marcha a Brasília” (realizado em agosto de 2011), incluindo novas lutas como as demissões em massa de empresas privadas; reivindicação da adoção da convenção 158 da OIT; lutas do campo com ajustes do MST e dos movimentos populares urbanos; bem como contra o Acordo Coletivo Especial – ACE. A plataforma de reivindicações dos setores será apresentada à Secretaria Geral da Presidência da República antes da Marcha a Brasília de 17 de abril do próximo ano (2013).

Marcha a Brasília no dia 17 de abril de 2013

Todas as entidades presentes ficaram encarregadas de movimentar campanhas estaduais para chamar trabalhadores a desenvolverem processos de lutas locais unificados e para organizarem conjuntamente a participação de cada estado na grande marcha, com o intuito de garantir dezenas de milhares de trabalhadores e jovens em Brasília, buscando assegurar a eficácia do protesto – o que inclui preparação financeira antecipada.

A próxima reunião ficou marcada para ocorrer também em Brasília, na sede da CONDSEF no dia 22 de janeiro, às 10h. Entre outras pautas, as entidades aprovarão proposta de texto de divulgação da marcha, bem como os materiais de publicidade do movimento.

Conheça a plataforma de lutas definida até o momento:

| Plataforma de lutas unificadas | O que é incluso em cada ponto |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| CONTRA O ACE – ACORDO COLETIVO ESPECIAL – DIREITOS NÃO SE NEGOCIAM – CONTRA A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO | Contra a flexibilização da CLT / Contra a terceirização / Combate aos acidentes e ambientes insalubres no trabalho / Combate a todas as formas de trabalho escravo e em condições análogas à escravidão / Combate a todas as formas de assédio moral e sexual; |
| DEFESA DA APOSENTADORIA E DA PREVIDÊNCIA PÚBLICA – FIM DO FATOR PREVIDENCIÁRIO – ANULAÇÃO DA REFORMA DA PREVIDENCIA DE 2003 | Contra a adoção de idade mínima e o fator 85-95, que mantém o sacrifício dos trabalhadores (as) / Recomposição do valor das aposentadorias ao patamar de quando foram concedidas/ Contra a redução da contribuição patronal para o financiamento da previdência social / Contra os fundos de aposentadoria complementar, pois significam a privatização da previdência; |
| AUMENTO GERAL DOS SALÁRIOS | Reposição da perda inflacionária e aumento real dos salários/ Congelamento dos preços dos alimentos e tarifas públicas |
| ADOÇÃO IMEDIATA DA CONVENÇÃO 158 DA OIT | Suspensão das demissões em massa que vem sendo praticadas ou estão anunciadas no país: trabalhadores nas fábricas de calçados na Bahia; Bancários do Santander; Trabalhadores da GOL-WEBJET; Operários da GM e da Mercedes Benz |
| REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO SEM REDUÇÃO SALARIAL | |
| EM DEFESA DOS(AS) SERVIDORES(AS) PÚBLICOS(AS) | Apoio às reivindicações dos(as) servidores(as) públicos(as) / Defesa do direito de negociação e contratação coletiva / Contra as restrições ao direito de greve, seja dos(as) trabalhadores(as) do serviço público, seja da iniciativa privada; |

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| EM DEFESA DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE PÚBLICA | Aplicação imediata de 10% do PIB na educação pública / Implementação imediata do piso nacional dos professores, com 1/3 da jornada em atividade extra-classe / Mais verbas para a saúde pública / Revogação Lei Federal nº 12.550/11 que privatizou a administração dos hospitais universitários |
| EM DEFESA DO DIREITO À MORADIA DIGNA / TERRA PARA QUEM NELA TRABALHA - REFORMA AGRÁRIA JÁ / RESPEITO AOS QUILOMBOLAS E POVOS INDÍGENAS | Contra as remoções e os despejos, agravados com os mega eventos – copa do mundo e olimpíadas / Em defesa da reforma agrária e condições dignas de trabalho no campo / em defesa das reivindicações das comunidades quilombolas / Respeito aos povos indígenas; demarcação imediata de suas terras; respeito à sua cultura; apoio do Estado para assegurar direitos básicos a todos |
| CONTRA AS PRIVATIZAÇÕES – DEFESA DO PATRIMÔNIO E DOS RECURSOS NATURAIS DO BRASIL | Contra leilões do Petróleo / Petrobrás 100% estatal / “Todo o petróleo tem de ser nosso” / Apoio à campanha “o minério tem de ser nosso” / Contra a privatização dos aeroportos e das estradas do país |
| CONTRA O NOVO CÓDIGO FLORESTAL / EM DEFESA DO MEIO AMBIENTE | |
| SUSPENSÃO DO PAGAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA E INTERNA AOS GRANDES ESPECULADORES | Auditoria da dívida externa e interna / Fim do superávit primário |
| CONTRA A CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS | Lutar é um direito, não é crime / Basta de assassinatos no campo – prisão de assassinos e mandantes / Fim à violência e ao genocídio da juventude negra e pobre da periferia dos grandes centros urbanos |
| CONTRA TODA FORMA DE DISCRIMINAÇÃO E OPRESSÃO | Combate a toda forma de discriminação, seja homofóbica, sexista, racial, ou das pessoas com necessidades especiais |

VI Encontro dos Servidores Civis das Instituições Militares de Ensino

Este VI Encontro ocorreu antecedendo ao CONSINASEFE, também na cidade do Rio Janeiro, no auditório do SINDSCOPE, nos dias 4 e 5 de dezembro, tendo reunido 37 servidores civis das

Instituições Militares de Ensino, bem como integrantes da Direção Nacional do SINASEFE, em nome da ampliação do movimento dentro das Instituições Militares de Ensino e do direito à construção da luta, da greve e da defesa dos interesses defendidos pelo Sindicato Nacional e pelas Seções Sindicais.



Foram analisadas as duas últimas greves, o corte do ponto dos grevistas deste setor, bem como o autoritarismo existente nestas Instituições.

Foi exposta a maneira precária das relações de trabalho, pelos trabalhadores das instituições prestes: Colégio Militar de Porto Alegre, Colégio Militar do Recife, Colégio Militar do Rio de Janeiro, Colégio Militar de Brasília, Colégio Militar de Salvador, Colégio Militar de Santa Maria, Colégio Tenente Rêgo Barros, Colégio Newton Braga e Escola Preparatória de Cadetes do Ar. Entre muitos absurdos, ficou evidente que as contratações temporárias (OTT e PTTC) têm vencido a frequência em que ocorrem concursos públicos para servidores civis. A exclusão dos professores nas atividades de elaboração e fiscalização de provas para o concurso de admissão de alunos, bem como as retaliações para quem

participou das paralisações, também foram pontos citados. O que acabou ressaltando a necessidade da ampliação e o urgente apoio do SINASEFE Nacional na organização sindical das instituições militares de ensino.

Com a avaliação da tese conduzida para análise no 27º Consinasefe e do encontro, os participantes produziram dezenas de encaminhamentos. Ficou definido que no primeiro semestre de 2013 haverá o VII Encontro dos Servidores das Instituições Militares de Ensino, em Recife – PE, com o tema “A Precarização das Condições de Trabalho nas Instituições Militares de Ensino”. Foi reforçada a manutenção dos Encontros na agenda do Sinasefe duas vezes ao ano com a necessidade de convidar às demais seções do Sinasefe a participarem como observadores.

Com a finalidade de ser apresentado no próximo Seminário de Educação do Sinasefe, será realizado estudo pelas seções sobre a educação integral e as condições de implantação do turno integral nas instituições militares de ensino. Outro encaminhamento foi com relação ao compartilhamento de documentos de interesse dos servidores, como: parecer sobre exame de contracheque, ações judiciais, progressão docente, documentação sobre a implantação do turno integral, PLs, propostas de emendas, etc. [Clique aqui e conheça todos os encaminhamentos do Encontro.](#)



O Projeto também prevê a reestruturação do PCCTAE, modificando inclusive alguns anexos e artigos no referido Plano de Carreira.

Senado aprova o PL que trata da reestruturação das carreiras de Docentes e TAEs da rede federal de ensino

O Plenário do Senado aprovou, nesta terça-feira (18), projeto de lei da Câmara dos Deputados (PLC 121/2012) que reestrutura o plano de carreira e cargos do magistério federal, estabelecendo novas regras de ingresso, requisitos para desenvolvimento e remuneração. São beneficiados pela proposta os profissionais da educação básica, superior, profissionalizante e tecnológica da rede federal de ensino, inclusive os dos ex-territórios e os das escolas vinculadas ao Ministério da Defesa, como os colégios militares. [Leia mais aqui!](#) Fonte: Agência Senado

O Projeto também prevê a reestruturação do PCCTAE, modificando inclusive alguns anexos e artigos no referido Plano de Carreira.

Sinasefe não aceita prolongamento de prazo para finalização dos GTs dos TAEs junto ao MEC

Na última terça-feira (18), foi realizada a reunião do Grupo de Trabalho sobre a Carreira dos Técnicos Administrativos em Educação, no Gabinete da Sesu, no MEC. Estavam presentes Sinasefe, Fasubra, Ministério da Educação e Ministério do Planejamento.

O governo apontou ideias para uma provável repactuação de datas propondo um prolongar do prazo para finalização dos GT, prazo esse que faz parte do acordo de greve assinado pelas entidades presentes, representando no descumprimento deste. Deixando bem claro sua total de-

sorganização, pois não preparou uma proposta concreta de reorganização dos GT além do descompromisso com nós servidores, pois além de não ter realizado ainda nenhuma reunião sequer dos mesmos GT, ele ainda nos apresentou a agenda de reuniões do MPOG, mostrando a mesma lotada, tentando justificar necessidade desse prazo maior.

As entidades presentes balizaram calendários e para impedir o total desrespeito do governo com os servidores, em curta reunião, acordaram por não aceitarem o aprazamento além do dia 31 de março para conclusão dos GT, excetuando o de Democratização, pois já tem limite de 180 dias.

A primeira data para compor os GT ficou para 15 de Janeiro, seguida de 29 de fevereiro. Nesses dias serão apresentados/tratados os seguintes temas: Reposicionamento - IFE Militares - Racionalização - Dimensionamento e Terceirização. A ideia é de já nesse primeiro encontro se esgote a apresentação das nossas demandas nos referidos temas com o governo, para que a partir de 29 de fevereiro fique aberto o prazo para respostas deste.

Ficou determinado ainda que a primeira reunião do GT Democratização ocorrerá entre os dias 19 a 22 de fevereiro, a ser definido de acordo com a agenda do MEC. O Andes e representações dos estudantes serão convidado a participar desse GT, uma vez que a discussão transborda o âmbito dos signatários do acordo: Fasubra e Sinasefe.

A título de organização, o Sinasefe chamará os membros dos Gts para se reunirem antes das próximas reuniões e assim organizarem melhor a nossa posição nestes GTs.

DN SE REUNE COM SETEC PARA TRATAR DE DEMANDAS DAS BASES

Nesta última quarta (19) onde foram tratados temas que vinham sendo questionados por bases do nosso Sindicato Nacional.

A pauta tratada e os encaminhamentos acordados naquele Ministério foram:

1) Decreto regulamentando o artigo 120 (Progressão por titulação):

Questionamos o fato do governo ainda não ter publicado uma portaria regulamentando o Decreto o que tem sido utilizado por RHs de alguns órgãos. No entendimento do SINASEFE e dos próprios interlocutores do MEC o Decreto já deveria ter sido aplicado independentemente da referida portaria ministerial.

Fomos informados que a Portaria já estava para ser publicada até o final desse ano.

2) Sobre a polêmica que está sendo construída por alguns Reitores sobre o recálculo de 18 meses para 24 quanto às progressões já promovidas, o MEC informou que irá encaminhar orientação informando que as IFEs não promovam qualquer recálculo até que seja tomada alguma posição jurídica pela AGU. O MEC vem promovendo esforços para evitar que isso gere ainda mais problemas para os Docentes e para as IFEs.

3) O SINASEFE questionou, ainda sobre progressões e regulamentação da progressão por titulação, que o Decreto recentemente publicado não estabelece a regulamentação do artigo 138 que trata dos Docentes da Educação Básica nas IFEs Militares e dos Ex-Territórios que tem impedido a referida progressão por titulação. O Secretário da SETEC informou que iria apresentar esta questão para o MPOG e nos responderia da possibilidade de uma publicação de um novo decreto ou outro instrumento que pudesse promover este ajuste em relação a estes docentes.

4) Ainda sobre a reestruturação das Carreiras Docentes, questionamos o fato de que existe um GT tratando de temas do interesse da categoria que representamos e que tal discussão está ocorrendo com uma Entidade (PROIFES) que não representa 5% da categoria, e que dependendo do que venha ser tratado e definido como regulamentação da Lei que reestrutura as carreiras do-

centes, isso poderia gerar uma insatisfação e mobilização da nossa base, o que seria responsabilidade do governo que optou em não permitir a participação das entidades que não aceitaram assinar o acordo da última greve.

Os representantes do MEC disseram que a posição do governo continua a mesma, de que só participam do referido GT as entidades que vierem assinar o referido termo.

Perguntamos o calendário e as discussões que á foram travadas neste GT e fomos informados do seguinte:

- Já foram realizadas 4 reuniões do GT e uma oficina que contou com a participação das “bases” do PROIFES. Nestas reuniões e na oficina foram discutidos os seguintes temas: Reenquadramento dos Docentes do Ensino Superior; interstício; critérios para lotação de docentes em locais com dificuldades; acompanhamento do processo de expansão das Universidades e Institutos Federais; e Auxílio Transporte.

- Vai ocorrer um segundo momento em que novas reuniões do GT e Oficinas ocorrerão para tratar dos seguintes pontos: critérios para progressão docente; critérios para acesso à classe de Titular; e critérios para RSC.

Os interlocutores do MEC ficaram de apresentar o nosso questionamento quanto à legitimidade que o PROIFES teria para debater e acordar temas que são do interesse da categoria que nós do SINASEFE representamos e que nos dariam respostas quanto a isso futuramente. Até lá a lógica é continuar construindo as coisas somente com o PROIFES.

Na audiência tratamos de outros temas que iremos evitar a divulgação por questões táticas, mas que já estão sendo construídas soluções junto ao Ministério da Educação: demissões no Tocantins, corte de salário dos grevistas nas Instituições Militares de Ensino, mandato pro tempore no Colégio Pedro II e assédio no Instituto Federal do Acre.

As Seções ligadas a estes pontos receberão informações específicas quando houver alguma demanda atendida ou modificações na situação. Qualquer dúvida ligar para os Coordenadores Gerais William e Shilton, bem como com a companheira Aparecida, que participaram da referida audiência pelo SINASEFE.

Estudantes do IFBA Senhor do Bonfim pedem melhores condições para o curso superior de Licenciatura em Ciências da Computação

Após protesto na entrada do campus, estudantes do curso superior de Licenciatura em Ciências da Computação do Instituto Federal da Bahia - Campus Senhor do Bonfim, denunciam por meio da “Carta Aberta” a ausência de condições objetivas de estudo ao Sinasefe e a sociedade. Cansados de esperar respostas da reitoria, os alunos leram a Carta em protesto realizado na entrada do Campus, no qual ameaçaram greve caso não consigam melhorias.

Na carta que foi lida na presença do reitor e de dirigentes, foi descrita a falta de comprometimento do Campus com o desenvolvimento dos estudantes de Licenciatura em Ciências da Computação –



LCC. Estes mesmos, que não tinham secretaria acadêmica, xerox e até lanchonete à disposição, convivem atualmente com a falta de acervo bibliográfico (biblioteca).

O absurdo não para por aí, com a remoção de professores, os novos concursados não atendem as disciplinas específicas, como relata o trecho da carta: “Somente neste semestre faltam, no mínimo, três professores da área de Computação. A grade curricular, feita às pressas, e sem o acompanhamento adequado, possui mais de 50% de sua totalidade de disciplinas da área pedagógica, o que prejudica fundamentalmente nossa formação específica”.

Não foi por falta de reclamações que os estudantes de ensino superior chegaram a tal medida, contaram que enviaram a reitoria e à direção do Campus relatórios, requerimentos e ofícios sem retorno. Tal atitude do Campus caracteriza descaso e falta de investimento no curso, que sem livros e sem professores causa evasão de estudantes frustrados por serem ignorados pela instituição. Confira a [Carta Aberta na íntegra](#).

Diretoria Executiva temporária na Seção Sintietfal de Alagoas é definida



A Diretoria Nacional - DN esteve presente na Assembleia Geral – AGE da Seção Sintietfal de Alagoas, no dia 12 de dezembro atendendo ao pedido da comissão eleitoral para acompanhar o debate sobre eleição de uma Diretoria Executiva - DE temporária, visto que o prazo de noventa dias de prorrogação da atual DE encerra dia 29 de dezembro e o estatuto desta seção prevê esta opção quando não ocorre o pleito eleitoral em tempo hábil. A referida AGE foi estabelecida no dia 14 de novembro, divulgada no site do Sintietfal, no mural do Campus e através de uma faixa colocada na entrada do IFAL.

Os representantes da DN, Bruno Andrade e David Lobão constataram que nenhum membro da atual DE estava presente, porém foram orientados pela Assessoria Jurídica da DN a participarem da AGE. A Assembleia foi presidida por um membro da comissão eleitoral, e dois filiados, um do quadro ativo e um dos aposentados. Após informes sobre o CONSINASEFE que havia ocorrido a mesa solicitou aos presentes a validação da AGE devido à ausência dos membros da DE e com a presença da DN, a condução da Assembleia foi prontamente aceita.

Iniciado os trabalhos, os filiados relataram o descaso da DE onde delegados eleitos em AGE ficaram impedidos de credenciamento no 27º Consinasefe, por não pagamento do Sintietfal do fundo de greve. Registrou-se também em Ata que a DE não apresentou a prestação de contas no dia 29 de setembro, conforme prevê o estatuto e que houve negação de informações a comissão eleitoral. Tal situação levou os filiados a indicarem quatro nomes para a composição de uma DE temporária, em votação homologada, com apenas uma abstenção. Vale registrar que tal decisão também contou com o fato de que o mandato da atual Diretoria já havia expirado.



Boletim Sinasefe Ano XV – Nº 509 – 21 de dezembro de 2012

A DE temporária tem como principal objetivo dar condições de trabalho para comissão eleitoral e cuidar dos trâmites políticos para a próxima eleição do SINTIETFAL, delegados para Plenar e manutenção da Seção. Já o controle financeiro da Seção será mediado pela DN para que a DE temporária não se envolva com dinheiro. No dia 2 de janeiro de 2013 haverá a entrega de chaves e acesso ao Sintietfal, na presença da DN e da Comissão Eleitoral.

**Responsáveis por este boletim: William Carvalho, Shilton Roque e Maria Aparecida Rodrigues (Plantão DN).
Jornalista Responsável: Jéssica Fernandes.**

**Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica –
SINASEFE**

SCS, Quadra 2, Bloco C, sala 109/110 (Ed. Serra Dourada) Brasília- DF – CEP 70300-902

Telefone e Fax: (61) 2192-4050– e-mail: dn@sinasefe.org.br – www.sinasefe.org.br